

Alelo S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados dos exercícios	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No exercício, a Alelo registrou lucro líquido de R\$ 186,4 milhões, patrimônio líquido de R\$ 729,5 milhões e ativos totais de R\$ 5,9 bilhões.

A Sociedade continuará buscando em 2021 o fortalecimento de sua posição em seus negócios centrais, bem como a diversificação de negócios e a manutenção de constante foco na experiência e satisfação do cliente.

Ao encerrarmos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Barueri, 26 de março de 2021.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Ao Conselho de Administração, Acionista e Administradores da
Alelo S.A.
Barueri - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alelo S.A. ("Sociedade" ou "Alelo"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alelo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


João Paulo Dal Poz Alôuche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Alelo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2020	2019	Passivo	Nota explicativa	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.582.617	2.186.747	Fornecedores	13	18.675	27.858
Instrumentos financeiros	5	54.157	52	Contas a pagar operacionais	14	2.461.330	2.246.872
Contas a receber	6	2.597.038	2.564.869	Obrigações com portadores	15	2.225.870	1.789.769
Impostos a recuperar	7	22.784	22.993	Programa de incentivo a vendas	16	34.521	62.275
Despesas antecipadas	8	53.172	40.756	Salários e encargos	17	56.201	48.654
Outros créditos	9	58.374	154.281	Impostos e contribuições a recolher	18	31.052	26.302
Depósitos judiciais	10	1.539	1.290	Passivos contingentes	22	3.522	3.408
Total do ativo circulante		5.369.681	4.970.988	Dividendos propostos	24.d	46.351	341.608
				Arrendamento mercantil	23	14.975	4.668
				Outras contas a pagar	19	184.868	217.874
Instrumentos financeiros	5	-	51.993	Total do passivo circulante		5.077.365	4.769.288
Despesas antecipadas	8	33.044	31.330	Salários e encargos	17	5.001	1.620
Depósitos judiciais	10	50.774	46.360	Passivos contingentes	22	51.619	46.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	82.431	91.720	Outras contas a pagar	19	36	66
Outros créditos	9	2.744	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.b	20.948	11.041
Imobilizado	11	42.362	34.609	Arrendamento mercantil	23	6.423	15.675
Intangível	12	309.876	206.706	Total do passivo não circulante		84.027	74.898
Total do ativo não circulante		521.231	462.718	Patrimônio líquido			
				Capital social	24.a	472.414	472.414
				Reserva legal	24.b	94.483	93.537
				Reserva estatutária de expansão	24.c	162.623	23.569
				Total do patrimônio líquido		729.520	589.520
Total do Ativo		5.890.912	5.433.706	Total do Passivo		5.890.912	5.433.706

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Alelo S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receita operacional	26	1.639.046	1.547.690
Custo dos serviços prestados	27	(580.899)	(542.332)
Lucro bruto		1.058.147	1.005.358
Receitas/(despesas) operacionais			
Pessoal	28	(239.998)	(210.858)
Gerais e administrativas	29	(308.855)	(349.949)
Outras receitas / (despesas)		(287)	(10.634)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		509.007	433.917
Receitas financeiras	30	92.978	157.081
Despesas financeiras	30	(332.759)	(183.383)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		269.226	407.615
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	25.a	(63.678)	(124.752)
Diferidos	25.a	(19.197)	3.393
Lucro líquido dos exercícios		186.351	286.256
Lucro por lote de mil ações		93,1755	143,1280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Alelo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado dos exercícios	<u>186.351</u>	<u>286.256</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u><u>186.351</u></u>	<u><u>286.256</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Alelo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucro		Lucro dos períodos	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva para expansão		
Saldos em 31 de dezembro de 2018		432.061	110.151	285.274	-	827.486
Lucro líquido do exercício		-	-	-	286.256	286.256
Dividendos adicionais		-	-	(182.614)	-	(182.614)
Aumento de capital	24.a.b.c	40.353	(16.614)	(23.739)	-	-
Destinação do lucro líquido:						
Reserva para expansão		-	-	(55.352)	55.352	-
Dividendos propostos	24.d	-	-	-	(341.608)	(341.608)
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentação)		472.414	93.537	23.569	-	589.520
Lucro líquido do exercício		-	-	-	186.351	186.351
Destinação do lucro líquido:						
Reserva para expansão		-	-	139.054	(139.054)	-
Reserva legal		-	946	-	(946)	-
Dividendos propostos	24.d	-	-	-	(46.351)	(46.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		472.414	94.483	162.623	-	729.520

As notas explicativas são parte integrante da demonstrações financeiras

Alelo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido dos exercícios		186.351	286.256
Depreciações e amortizações	29	50.632	39.880
Provisão para perdas esperadas		(3.539)	8.538
Atualização programa de incentivo a vendas		(454)	8.303
Passivos contingentes		5.237	9.396
Imposto de renda e contribuição social diferidos		19.196	(3.393)
Juros sobre arrendamento mercantil		1.233	1.492
(Aumento)/redução dos ativos e passivos operacionais			
Instrumentos financeiros		(2.112)	(53.009)
Contas a receber		(28.630)	(357.783)
Imposto a recuperar		209	(12.912)
Despesas antecipadas		(14.130)	(28.595)
Outros créditos		93.163	(55.616)
Depósitos judiciais		(4.663)	(10.214)
Fornecedores		(9.182)	11.411
Contas a pagar operacionais		214.458	(68.011)
Obrigações com portadores		436.101	296.954
Programa de incentivo a vendas		(27.300)	(17.805)
Salários e encargos		10.928	9.527
Impostos e contribuições a recolher		50.245	100.527
Impostos pagos		(45.495)	(102.557)
Outras contas a pagar		(33.036)	5.775
Arrendamento mercantil a pagar		(8.071)	(6.058)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		891.141	62.106
(Aumento)/redução nas atividades de investimentos			
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível		(153.724)	(91.644)
Alienações ao imobilizado e intangível		61	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(153.663)	(91.644)
Aumento/(redução) nas atividades de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	24.d	(341.608)	(274.735)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		(341.608)	(274.735)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		395.870	(304.273)
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		2.186.747	2.491.020
Saldo final		2.582.617	2.186.747
Aumento/(redução) do saldo de caixa e equivalente de caixa		395.870	(304.273)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de reais)*

1 Contexto operacional

A Alelo S.A. (“Sociedade” ou “Alelo”), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pela Elo Participações Ltda. (“EloPar”), que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.. O endereço registrado do escritório da Sociedade é Alameda Xingu, 512 - 3º, 4º e 20º andares, edifício “Condomínio Evolution Corporate” - Barueri, São Paulo.

A Sociedade foi constituída em 17 de setembro de 2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º de fevereiro de 2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação; administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas, meios de pagamentos via “tag” e plataforma de pedidos.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas.

- Realização dos créditos e débitos tributários, vide nota 25.c;
- Provisão de contingências trabalhistas, vide nota 22; e
- Perda de crédito esperada, vide nota 6.

d. Reapresentação dos saldos comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Para efeito de competência foi refeito o exercício de 2019, relativo ao ajuste de aumento de capital, como segue:

Balanço patrimonial

	Saldo em 31.12.2019		Saldo em
	Originalmente		31.12.2019
	apresentado	Ajuste	Reapresentado
Dividendos propostos	367.408	(25.800)	341.608
Total do passivo circulante	4.792.040	(25.800)	4.766.240
Capital social	432.061	40.353	472.414
Reserva legal	110.151	(16.614)	93.537
Reserva estatutária de expansão	21.508	2.061	23.569
Total do patrimônio líquido	563.720	25.800	589.520

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2021.

3 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimentos de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feitos de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

b. Instrumentos financeiros

A Sociedade classifica ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

b.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados, em vez disto, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para

receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isto inclui todos os ativos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros.

▪ ***Ativos financeiros mensurados a VJR***

Estes ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

▪ ***Ativos financeiros a custo amortizado***

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

▪ ***Instrumentos de dívida ao VJORA***

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

▪ ***Instrumentos patrimoniais ao VJORA***

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

b.2 Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações).

Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

A Sociedade optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro decorrente de suas operações comerciais aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Sociedade considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isto inclui informações e análises quantitativas e qualitativas por métodos de modelagem, com base na experiência histórica da Sociedade, na avaliação de crédito e considerando informações *forward-looking*.

A Sociedade presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito à Sociedade, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Sociedade considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de “grau de investimento”.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

▪ ***Mensuração de perdas de crédito esperadas***

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetivas do ativo financeiro.

▪ ***Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito***

Em cada data de apresentação, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

b.3 Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

O CPC 46 – *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o CPC 46, os instrumentos financeiros mensurados a valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

- *Nível 1* - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- *Nível 2* - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e
- *Nível 3* - Dados não observáveis para ativo ou passivo.

c. Despesas antecipadas

Devem ser contabilizados nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlatos sempre que forem pagos antecipadamente.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Direitos de uso sobre bens	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Projetos – Desenvolvidos internos (Lei 11.638/07/CPC 04)	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos

f. Ágio (*goodwill*)

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

A Sociedade mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida;
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição; menos o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Os custos de transação, que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios, são registrados no resultado conforme incorridos.

Até 31 de dezembro de 2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida.

g. Redução ao valor recuperável do ativo

A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

h. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos

de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

i. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são classificados como passivos contingentes prováveis, quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.
- **Obrigações legais** - As obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas.

j. Reconhecimento da receita operacional

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

- ***Receita adquirente***

Referem-se às tarifas e taxas cobradas dos Estabelecimentos Comerciais (ECs) pela utilização dos cartões Alelo.

- ***Receita emissor***

Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização de benefícios.

- ***Receita de comissão de vendas***

A receita é reconhecida pelo regime de competência. Refere-se substancialmente aos serviços de intermediação prestados pela Alelo e cobrados do Banco Digio S.A. pela captação/indicação de clientes para o Banco.

k. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

l. Outras receitas/(despesas) operacionais

As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência.

m. Combinação de negócios

A combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para a Sociedade utilizando a metodologia de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da Sociedade de forma a obter benefícios de suas atividades.

Os custos da transação que a Sociedade incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado.

n. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Moeda nacional	44.819	26.827
Fundos de investimentos (a)	2.184.804	1.092.799
Certificado de depósito bancário - CDB's (b)	297.531	1.020.775
Moeda estrangeira (c)	55.455	30.143
Certificado de depósito no exterior (c)	8	16.203
	<u>2.582.617</u>	<u>2.186.747</u>

- (a) A Sociedade possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimentos não exclusivos, administrados pela BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. A classificação é pelo valor justo, e estão classificadas no nível 2.
- (b) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate e estão classificadas como nível 2.
- (c) Os valores em moeda estrangeira são convertidos pela PTAX de venda do último dia útil do exercício.

Substancialmente, os saldos de caixa e equivalentes de caixa foram realizados com partes relacionadas.

5 Instrumentos financeiros

	<u>Categoria</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Letras financeiras	CA	54.157	51.993
Letras financeiras do tesouro	VJORA	-	52
		<u>54.157</u>	<u>52.045</u>
Circulante		54.157	52
Não circulante		-	51.993

Os instrumentos financeiros estão precificados como nível 2.

Classificação dos instrumentos financeiros por vencimento:

	<u>Até 90 dias</u>	<u>De 91 a 180 dias</u>	<u>Acima de 360 dias</u>	<u>Total</u>
Letras financeiras	-	54.157	-	54.157
	<u>-</u>	<u>54.157</u>	<u>-</u>	<u>54.157</u>

6 Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a receber de clientes	2.432.022	2.400.947
Contas a receber partes relacionadas (a)	196.348	198.793
(-) Provisão de perdas esperadas (b)	(31.332)	(34.871)
	<u>2.597.038</u>	<u>2.564.869</u>

- (a) Refere-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas ao Banco do Brasil S.A. e ao Banco Bradesco S.A. referentes ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores, vide nota explicativa 20.
- (b) Refere-se à provisão de perda esperada de clientes da Sociedade, em aderência ao CPC 48. A Sociedade dispõem de políticas internas e instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de “default”.

7 Impostos a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	3.680	7.854
PIS e COFINS	11.570	4.503
Imposto de renda e contribuição social	7.534	10.636
	<u>22.784</u>	<u>22.993</u>

8 Despesas antecipadas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contratos de manutenção	46.764	38.248
Descontos concedidos	38.559	26.917
Assinaturas e seguros	78	3.058
Serviços profissionais	665	3.007
Incentivos de vendas	150	723
Outros	-	133
	<u>86.216</u>	<u>72.086</u>
Circulante	53.172	40.756
Não circulante	33.044	31.330

9 Outros créditos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamento a fornecedores (a)	47.573	138.907
Adiantamento a funcionários	10.079	10.552
Outros créditos	3.466	4.822
	<u>61.118</u>	<u>154.281</u>
Circulante	58.374	154.281
Não circulante	2.744	-

(a) Refere-se substancialmente a adiantamento a fornecedor de seus produtos vale-transporte e pré-pago.

10 Depósitos judiciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fiscal	50.764	46.036
Trabalhista	1.518	1.290
Cível	21	-
Depósito garantia	-	268
Bloqueio Judicial	10	56
	<u>52.313</u>	<u>47.650</u>

Circulante	1.539	1.290
Não circulante	50.774	46.360

11 Imobilizado

	2020		2019	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	4.820	(2.326)	2.494	2.474
Móveis e equipamentos de uso	4.888	(2.118)	2.770	2.671
Sistemas de processamento de dados	13.443	(4.248)	9.195	7.943
Sistemas de comunicação	7.263	(2.839)	4.424	380
Outras imobilizações (a)	4.724	(2.481)	2.243	1.734
Direitos de uso sobre bens	32.802	(11.566)	21.236	19.407
	67.940	(25.578)	42.362	34.609

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Taxa anual de depreciação	Saldo final 31.12.2019	Entrada	Baixa aquisição	Baixa depreciação	Depreciação	Saldo final 31.12.2020
Imobilizado de Uso							
Instalações	10%	2.474	490	-	-	(470)	2.494
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.671	633	(134)	73	(473)	2.770
Sistemas de processamento de dados	20%	7.943	3.484	-	-	(2.232)	9.195
Sistemas de comunicação	20%	380	4.351	-	-	(307)	4.424
Outras Imobilizações (a)	20%	1.734	1.209	-	-	(700)	2.243
Direitos de uso sobre bens (aluguéis e outros)	16,67%	15.404	7.893	-	-	(3.643)	19.654
Direitos de uso sobre bens (máquinários)	33,33%	4.003	-	-	-	(2.421)	1.582
Total		34.609	18.060	(134)	73	(10.246)	42.362

(a) Refere-se a benfeitorias de bens de terceiros.

No exercício de 2020 foram realizadas baixas no ativo imobilizado no montante de R\$ 134 (no exercício de 2019 não houve baixa de imobilizado).

12 Intangível

	2020		2019	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software e licenças	93.088	(27.815)	65.273	53.105
Marcas e patentes	51	-	51	51
Projetos corporativos (a)	317.179	(99.511)	217.668	126.666
Ágio - rentabilidade futura (b)	40.040	(13.156)	26.884	26.884
	450.358	(140.482)	309.876	206.706

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Taxa anual de amortização	Saldo final 31.12.2019	Aquisições	Reversão de amortização	Amortização	Saldo final 31.12.2020
Software e licenças	20%	53.105	23.139	-	(10.971)	65.273
Marcas e patentes	-	51	-	-	-	51
Projetos corporativos (a)	20%	126.666	120.410	7	(29.415)	217.668
Ágio - rentabilidade futura (b)	-	26.884	-	-	-	26.884
Total		206.706	143.549	7	(40.386)	309.876

- (a) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados em concordância com a legislação em vigor. Substancialmente referem-se aos projetos desenvolvidos internamente e, também à aquisição de plataforma que conecta os estabelecimentos comerciais a seus usuários. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram realizados testes de *impairment* e não houve perda no valor recuperável do intangível.
- (b) O ágio fundamentado com expectativa de rentabilidade futura foi amortizado no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios com expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o CPC 01. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi realizado teste de *impairment*, com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável.

Nos exercícios de 2020 e 2019 não foram realizadas baixas nos ativos intangíveis.

13 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores - benefícios de folha	1.227	1.321
Fornecedores - administrativo	17.448	26.537
	18.675	27.858

14 Contas a pagar operacionais

Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados no passivo. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo corresponde a R\$ 2.461.330 (R\$ 2.246.872 em 31 de dezembro de 2019).

15 Obrigações com portadores

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo é de R\$ 2.225.870 (R\$ 1.789.769 em 31 de dezembro de 2019) e corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

16 Programa de incentivo a vendas

Corresponde à união de esforços entre os canais vendedores e a Sociedade para o fornecimento de produtos Alelo, os quais incluem a captação, a análise, o acompanhamento da situação de crédito dos clientes e a liquidação financeira dos saldos a receber.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bancos – partes relacionadas	37.579	38.640
Outros canais vendedores	(3.058)	23.635
	<u>34.521</u>	<u>62.275</u>

17 Salários e encargos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Participação nos lucros	35.547	29.225
Provisão de férias	13.392	10.911
Encargos sociais	8.907	7.725
Outros	3.356	2.413
	<u>61.202</u>	<u>50.274</u>
Circulante	56.201	48.654
Não circulante	5.001	1.620

18 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
COFINS	14.285	13.009
IRRF a recolher	7.609	5.280
PIS	3.083	2.824
Outros tributos a recolher	6.075	5.189
	<u>31.052</u>	<u>26.302</u>

19 Outras contas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Crédito a cliente (a)	74.238	74.611
Provisões gerais e administrativas	54.450	71.013
Provisão de custo dos serviços prestados	21.310	33.565
Provisão de marketing	4.127	12.472
Contas a pagar - partes relacionadas - CAC (nota 20)	11.505	8.673
Serviços técnicos especializados	11.216	7.679

Desenvolvimento, manutenção e suporte	5.949	7.156
Receita diferida	2.073	2.705
Outras contas a pagar	36	66
	<u>184.904</u>	<u>217.940</u>
Circulante	184.868	217.874
Não circulante	36	66

(a) Obrigações com clientes, créditos na próxima fatura.

20 Partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco Bradescard e BB Cartões), acionista direto (Elo Participações Ltda) bem como empresas coligadas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como : Cielo S.A., Livelos S.A., Elo Serviços S.A., Banco Digio S.A., IBI Promotora de Vendas Ltda., Movera Serviços e Promoção do Empreendimento Ltda. e Stelo S.A..

	2020		2019	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Caixa e equivalentes de caixa				
Banco Bradesco S.A.	1.802.211	13.606	885.738	27.478
Banco do Brasil S.A.	580.333	16.571	1.075.516	71.563
Banco Digio S.A.	154.320	5.112	216.415	12.874
Instrumentos financeiros				
Banco Bradesco S.A.	-	-	52	-
Contas a receber (a)				
Banco Bradesco S.A.	163.187	-	51.618	-
Banco Bradescard S.A.	(733)	-	130.220	-
BB Cartões S.A.	30.561	-	11.396	-
Cielo S.A.	867	-	-	-
Elo Participações Ltda.	4	-	437	-
Elo Serviços S.A.	14	390	865	524
Banco Digio S.A.	2.445	25.953	3.356	36.047
IBI Promotora de Vendas Ltda.	-	-	139	1
Stelo S.A.	-	-	75	-
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo Ltda.	-	-	258	-
Livelos S.A.	3	-	429	-
Programa de incentivo a vendas (b)				
Banco Bradesco S.A.	(14.992)	(93.180)	(19.752)	(90.855)
Banco do Brasil S.A.	(22.586)	(50.942)	(18.888)	(80.506)
Dividendos a pagar				
Elo Participações Ltda.	(46.351)	-	(367.408)	-
Outras contas a pagar				
Banco Bradesco S.A.	(1)	(5.478)	-	(4.310)
Banco Bradescard S.A.	(11)	(2.067)	-	(3.602)
Banco do Brasil S.A.	(7.538)	(4.580)	-	(5.871)

Cielo S.A.	(307)	(77.801)	(713)	(93.449)
Elo Participações Ltda.	(3.648)	(36.324)	(5.465)	(45.692)
Elo Serviços S.A.	-	(8.310)	(1)	(5.091)
Stelo S.A.	-	-	(2.494)	-
Contas a pagar operacionais				
Banco Digio S.A.	(372.563)	-	(377.240)	-

- (a) Refere-se a valores a receber de pedido de recarga de benefícios nos cartões Alelo.
- (b) Valores referentes a programa de incentivo a vendas - PIV calculado de acordo com contratos firmados entre as partes e outras contas a pagar.

21 Honorários dos Administradores, gratificações e previdência privada

Os honorários dos Administradores totalizaram R\$ 3.692 (R\$ 1.802 em 31 de dezembro de 2019) os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas operacionais - Pessoal”.

Aos empregados é concedida gratificação, com base nas metas da Sociedade definidas pela Presidência (Comitê de Direção), alinhada com o Conselho de Administração, e conforme regras definidas nas políticas da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para gratificação, não incluindo a Diretoria, é de R\$ 30.546 (R\$ 26.782 em 31 de dezembro de 2019), apropriada ao resultado na rubrica “Despesas operacionais - Pessoal”.

A Sociedade dispõe de plano de benefício previdenciário no modelo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre Empresarial), que objetiva complementar os benefícios de seus empregados e Administradores, de acordo com um benefício-alvo estabelecido. A contribuição líquida da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 4.258 (R\$ 3.160 em 31 de dezembro de 2019) apropriada ao resultado na rubrica “Despesas operacionais - Pessoal”.

22 Passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

a. Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado no processo e alterada de acordo com o andamento do processo. A constituição da provisão é realizada de acordo com a fase do processo (25% na fase inicial do processo, 50% após sentença e 100% na fase de execução).

b. Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos

externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos tribunais.

c. Obrigações legais – tributárias

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A Sociedade é parte em processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza cível, tributária e trabalhista. A composição das provisões referentes a estes processos, segue demonstrada no quadro abaixo:

	2020	2019
Trabalhistas e previdenciárias	2.854	2.644
Fiscais	51.619	46.496
Cíveis	668	764
	55.141	49.904
Circulante	3.522	3.408
Não circulante	51.619	46.496

A movimentação da provisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está representada no quadro abaixo:

	Saldo inicial 31.12.2019	Adições	Baixas/ reversões	Saldo final 31.12.2020
Trabalhistas e previdenciárias	2.644	767	(557)	2.854
Fiscais	46.496	5.123	-	51.619
Cíveis	764	1.526	(1.622)	668
	49.904	7.416	(2.179)	55.141

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos não reconhecidos contabilmente:

	2020	2019
Trabalhistas	2.036	2.200
Cíveis	2.508	1.998
Tributárias	164.707	-
	169.251	4.198

23 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos da Sociedade que estão dentro do escopo do CPC 06 (R2)/IFRS 16 são:

	Saldo final 31.12.2019	Adição/ constituição	Aluguéis	Juros	Saldo final 31.12.2020
Arrendamento mercantil	20.343	7.893	(8.071)	1.233	21.398
	20.343	7.893	(8.071)	1.233	21.398
Circulante	4.668				14.975
Não circulante	15.675				6.423

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em dezembro de 2020 é de R\$ 472.414 (R\$ 472.414 em 2019) representado por 2.000.000 ações, sendo 1.000.000 de ações ordinárias e 1.000.000 de ações preferenciais.

Em 30 de abril de 2019, foi deliberado através de Assembléia Geral Ordinária, aumento de capital no montante de R\$ 40.353.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	2020		2019	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Elo Participações Ltda.	2.000.000	100	2.000.000	100
Total	2.000.000	100	2.000.000	100

b. Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder a 30% do capital social.

Foi deliberado através da Assembléia Geral Ordinária de 30.04.2019, aumento de capital proveniente de parte da reserva legal no montante de R\$ 16.614. Em 31 de dezembro de 2020, foi constituído o valor de R\$ 946, totalizando a reserva legal no montante de R\$ 94.483 (R\$ 93.537 em 2019) adequando ao limite de 20% do capital.

c. Reserva estatutária de expansão

Foi deliberado através da Assembléia Geral Ordinária de 30.04.2019, aumento de capital proveniente de parte da reserva de expansão no montante de R\$ 23.739.

Conforme determinação dos acionistas, os lucros não distribuídos são destinados à reserva de expansão, e em 2020 a reserva apresenta um saldo de R\$ 162.623 (R\$ 23.569 em 2019).

d. Dividendos propostos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no estatuto da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade registrou dividendos propostos no montante de R\$ 46.351 (R\$ 341.608 em 2019).

Em 18 de junho de 2020, foi deliberado através de Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos referente ao exercício de 2019, no montante de R\$ 341.608 (R\$ 274.735 em 2019).

25 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzido das participações no resultado	269.226	407.615
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	91.537	138.589
<u>Efeito no cálculo dos tributos:</u>		
Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis	1.781	3.195
Provisão para perdas do valor recuperável	10.958	3.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.197	(3.393)
Participação nos lucros - funcionários	1.280	2.223
Provisão para despesas administrativas	(27.124)	(7.314)
Incentivos fiscais	(4.099)	(4.615)
Outros valores	(10.655)	(10.498)
Imposto de renda e contribuição social	<u>82.875</u>	<u>121.359</u>
Sendo:		
Impostos correntes	63.678	124.752
Impostos diferidos	19.197	(3.393)
Despesa contabilizada	<u>82.875</u>	<u>121.359</u>

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 31.12.2019	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2020
Provisão para contingências fiscais	14.226	3.324	-	17.550
Provisão para contingências trabalhistas	899	71	-	970
Provisão para contingências cíveis	260	-	(33)	227
Provisão Fee - Visa / Elo	200	408	-	608
Provisão de participação nos lucros	9.486	1.677	-	11.163
Provisão administrativa	26.413	-	(6.904)	19.509
Provisão para perdas do valor recuperável	12.686	-	(1.727)	10.959
Provisão de receitas/descontos concedidos	20.951	-	(5.588)	15.363
Outros valores	6.599	-	(517)	6.082
Total dos créditos tributários	91.720	5.480	(14.769)	82.431
Prejuízo fiscal / Base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	91.720	5.480	(14.769)	82.431
Ágio	(11.040)	-	-	(11.040)
IFRS 16	-	(7.611)	-	(7.611)
Atualização depósito judicial	-	(2.297)	-	(2.297)
Total dos passivos diferidos	(11.040)	(9.908)	-	(20.948)
Total líquido dos impostos diferidos	80.680	(4.428)	(14.769)	61.483

c. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal

	Diferenças temporárias			Ágio			Total geral
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total	
Até 1 ano	52.615	19.274	71.889	-	-	-	71.889
Até 2 anos	142	51	193	-	-	-	193
Até 3 anos	86	31	117	-	-	-	117
Até 4 anos	139	50	189	-	-	-	189
Até 5 anos	100	36	136	-	-	-	136
Acima de 5 anos	-	-	-	(8.119)	(2.922)	(11.041)	(11.041)
Total	53.082	19.442	72.524	(8.119)	(2.922)	(11.041)	61.483

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31 de dezembro de 2020, calculado considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários, o saldo corresponde a R\$ 59.502 (R\$ 85.967 em 2019).

26 Receita operacional líquida

As receitas da Sociedade são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale-alimentação, vale-refeição e vale-transporte.

	2020	2019
Receita de adquirentes	1.652.185	1.542.740
Receita de emissores	161.721	163.500
Receita de comissão de vendas	32.229	37.127
Impostos sobre serviços	(207.089)	(195.677)
	1.639.046	1.547.690

27 Custos dos serviços prestados

	2020	2019
Despesas com vendas	(273.326)	(278.991)
Captura e processamento	(143.188)	(152.741)
Central de atendimento	(60.874)	(46.622)
Manutenção e sustentação	(45.104)	(28.999)
Emissão e personalização	(27.338)	(19.523)
Entrega e distribuição	(23.721)	(17.422)
Custo com logística	(3.544)	(13.989)
Outros custos	(16.198)	(9.511)
<i>Fee</i> bandeira	(6.673)	(6.293)
Implantações de novos contratos (clientes)	(20.674)	(6.114)
Antecipação de recebíveis	(6.138)	(5.604)
Créditos tributários	45.879	43.477
	(580.899)	(542.332)

28 Despesa com pessoal

	2020	2019
Salários	(113.158)	(104.694)
Encargos	(40.714)	(35.936)
Benefícios	(39.021)	(33.910)
Gratificação	(39.322)	(30.246)
Treinamento	(2.216)	(2.412)
Outros	(5.567)	(3.660)
	(239.998)	(210.858)

29 Despesas gerais e administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas de marketing	(71.914)	(105.685)
Infraestrutura	(89.861)	(88.966)
Centro de atividades compartilhadas - CAC (nota 20)	(36.324)	(45.810)
Depreciações e amortizações	(50.632)	(39.880)
Honorários profissionais	(22.178)	(21.772)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(4.962)	(15.364)
Despesas de aluguel e manutenção	(2.707)	(3.496)
Outras despesas administrativas	(13.622)	(13.967)
Serviços de terceiros	(11.851)	(8.201)
Despesas de contribuições e doações	(3.273)	(5.322)
Despesas com telefonia	(1.006)	(960)
Despesas com material de escritório	(423)	(472)
Tributos e taxas administrativas	(102)	(54)
	<u>(308.855)</u>	<u>(349.949)</u>

30 Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações financeiras	48.971	111.227
Programa de incentivo de vendas	14.028	21.980
Antecipação de recebíveis	14.017	13.717
Variação cambial positiva	213	-
Juros e multas recebidos	14.119	9.071
Atualizações monetárias	375	(393)
Outras receitas	1.255	1.479
Total de receitas financeiras	<u>92.978</u>	<u>157.081</u>
Deduções e bonificações	(299.066)	(147.671)
Programa de incentivo de vendas	(13.574)	(13.677)
Variação cambial negativa	-	(100)
Despesas bancárias	(8.404)	(6.385)
Atualização monetária	(2.933)	(5.202)
Juros arrendamento mercantil	(1.233)	(1.492)
Outras despesas	(7.549)	(8.856)
Total de despesas financeiras	<u>(332.759)</u>	<u>(183.383)</u>
Resultado financeiro	<u>(239.781)</u>	<u>(26.302)</u>

31 Gestão de Riscos

a) Contexto Operacional

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e à Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na controladora direta “EloPar” de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de riscos, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

b) Risco de Crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para a Sociedade. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

c) Risco de Mercado e Liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta a risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

d) Risco Operacional e Reputacional

As atividades de gerenciamento de risco operacional e risco reputacional são executadas por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Instituição. A existência da área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da “EloPar” controladora da Sociedade.

e) Gestão de Capital

A atividade de gerenciamento de capital é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Alelo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

32 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 16.319 para danos materiais e R\$ 283 para responsabilidade civil (Em 31 de dezembro de 2019 - R\$ 14.152 e R\$ 142 respectivamente).

33 Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, as atividades exercidas pela Sociedade estão sujeitas à regulação e supervisão do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação complementar editada pelo próprio BACEN. Neste sentido, a Sociedade deverá atentar-se ao fiel cumprimento de regras que abrangem a gestão de riscos, níveis mínimos de patrimônio líquido, dentre outros requisitos semelhantes aos de Instituição Financeira. A Sociedade tomou todas as providências necessárias para adequação à legislação do BACEN, visando estar em plena conformidade no momento da concessão da autorização de funcionamento pelo BACEN.

Em complemento às demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade estará sujeita à divulgação, a partir da autorização de funcionamento emitida pelo BACEN, das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o conjunto de critérios, procedimentos e regras contábeis consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, o qual diverge de algumas práticas adotadas atualmente.

A Sociedade realizou o protocolo do pedido de autorização e aguarda manifestação do BACEN.

34 Outras informações

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o surto do novo coronavírus (COVID-19) constituiu uma emergência de saúde pública de importância internacional. As consequências do surto, incluindo as importantes decisões de governos e iniciativa privada, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem, na sua extensão, gerar impacto relevante nos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Sociedade, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras, visando a proteção dos índices de solvência e do patrimônio da Sociedade.

Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas em resposta às incertezas que se apresentaram em função do surto:

A partir da declaração da pandemia pela OMS a Alelo atuou em 3 principais frentes:

1. Proteção da saúde e condições de trabalho das nossas pessoas: todos os funcionários trabalhando em *home-office* desde março de 2020 com condições de realizar plenamente suas atividades;
2. Proteção do relacionamento com nossos clientes: ações para garantir que nossos serviços sofressem o menor impacto possível, mapeamento de novas necessidades e desenvolvimento para atendê-las, criação de novos produtos e campanhas de comunicação para promover transparência das ações;
3. Manutenção da saúde financeira da empresa: monitoramento constante de indicadores-chave, plano de contingenciamento para compensar perdas de receita devido à pandemia e ajustes na estratégia da empresa para as necessidades atuais dos nossos clientes e empresa.

ALELO S.A.

Cesario Narihito Nakamura
Diretor Presidente

Esther Dalmas
Diretora

Marco Aurelio de Queiroz Campos
Diretor

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos
Contador
CRC 1SP225353/O-0